ATA N.º 2/2016

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2016
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 7 DE MARÇO DE 2016

-----No dia 7 de março de 2016, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de fevereiro de 2016 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 29 de fevereiro de 2016 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município(continuação);*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta de Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Lagos e a Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva, E. M., S. A., para a gestão do estacionamento tarifado e dos parques de estacionamento cobertos de Lagos;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de desafetação de parcelas de terreno do domínio público municipal, sitas na Urbanização da Pedra Alçada – Freguesia de São Gonçalo de Lagos - Lagos;*
- PONTO 4 - *Apreciação dos Relatórios das Comissões Especializadas, referentes aos anos 2014 e 2015;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Lagos – Provisório.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 48 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	José Luís Quental Mota Vieira

Fl. 18v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
TSL	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	1 dia	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	António Marreiros Gonçalves	1 dia	José Luís Quental Mota Vieira
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta	1 dia	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia	1 dia	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro:

2

ATA Nº 2/2016 – SESSÃO ORDINÁRIA FEVEREIRO/2016 – 2.ª REUNIÃO – 7/03/2016

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 – Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

LIVRO DE ATAS

Nº 38

ANO 2016

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO: O Sr. Augusto Guerreiro começou por dizer que o assunto que o trazia à Assembleia Municipal, tinha a ver com o Hostel localizado no n.º 48 da Rua Dr. António Guerreiro Tello, já trazido a esta Assembleia Municipal, por si, em reuniões anteriores. Referiu que apareceram fiscais municipais para verificarem o ruído, por volta das 12 horas, de um dia da semana anterior à da realização desta reunião. Disse que durante o Inverno o estabelecimento está encerrado, no entanto fizeram o teste do ruído relativamente às torneiras existentes numa casa de banho existente no Hostel, contigua à sua habitação, tendo os mesmos emitido a opinião de que o ruído produzido era insignificativo. Referiu que a sua queixa diz respeito ao ruído produzido durante a noite e não ao longo do dia, pelo que gostaria que a fiscalização fosse feita durante o período da noite.-----

-----ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.51

-----O Sr. António Santos disse que o destaque dado pela Câmara Municipal ao Júlio

Fl. 19v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Dantas no dia Internacional da Mulher é uma afronta. Referiu que foram feitos 12 mil exemplares de um caderno dedicado a Júlio Dantas, o qual acha um exagero, sendo que ainda por cima, os mesmos foram feitos fora de Lagoa, quando Lagos tem empresas que trabalham no ramo. Disse que a única coisa positiva dentro das iniciativas relacionadas com o Júlio Dantas, tem a ver com o fado. Solicitou informação sobre os custos de tudo isto. Referiu que no 25 de Abril vai ser feita inaugurada uma exposição sobre as caricaturas de Júlio Dantas, um homem antidemocrata, quando nessa data existem muitas outras personagens mais indicadas para homenagear.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO (CONTINUAÇÃO):** O Sr. Rui Araújo (PSD) relativamente à situação financeira da Câmara Municipal, disse que o PSD estava agradado com a mesma, sendo que tal situação demonstra que o PSD tinha razão no final de 2015, quando disse que a Câmara Municipal podia ter sido mais ambiciosa a nível de baixa de impostos municipais. Sobre o adiamento do fim do IMT, lembrou que o IMI tem subido bastante e essa subida é que vai compensar o desaparecimento do IMT. Disse que a situação financeira da Câmara Municipal está melhor, mas grande parte deve-se ao Governo do PSD que emprestou 9 milhões de euros, tendo transformado uma dívida de curto prazo em uma dívida de médio/longo prazo, que ainda não tinha sido paga.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João), reconhecendo o esforço da Câmara Municipal, no sentido de asfaltar a estrada que liga Barão de S. João a Espiche, disse que a preocupação agora são as marcações da estrada de modo a que todos circulem em segurança na referida estrada. Disse que alguns equipamentos existentes em parques infantis na União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, encontram-se degradados, pelo que seria bom verificar-se uma substituição de tais equipamentos. Referiu que a conduta de abastecimento de água a Bensafrim está com problemas, há já alguns anos, sendo necessária uma intervenção de fundo no sentido de resolver a situação.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: “O que poderemos dizer de novo sobre a Informação da Sra. Presidente? Que é um texto solidamente estruturado pelos serviços administrativos e técnicos? Que é o espelho de um modelo de liderança política? É isto, mas, também, tudo o que nestes anos fomos dizendo sobre a Informação municipal da Sra. Presidente. Não sendo o modelo da informação municipal que a TSL faria, não podemos deixar de reconhecer que “tudo tem sua razão, tudo tem sua conta”, como diria o P. António Vieira. Assim sendo, à AM é dito para apreciar a conta da informação e não para contar a razão do modelo. É o que iremos tentar fazer, mas, numa leitura contextual que englobará a apreciação dos conteúdos do texto da Sra. Presidente, as responsabilidades políticas dos membros do executivo, sem esquecer omissões. E tudo sob o signo da informação municipal. Mas, antes de o fazermos, a TSL necessita, neste início de ano, de esclarecer a sua posição no contexto de oposição. Em resultado da sua posição inicial de “oposição de solução”, a TSL sente-se algo

confortada com alguns dos resultados obtidos pela gestão municipal, sem esquecer as melhorias introduzidas no próprio texto da Sra. Presidente. Por isso, no fim do ano de 2015, entendemos que era o tempo oportuno para girar a bússola na direção de uma solução de alternativa. Mas, surpreendentemente, dois momentos democraticamente insólitos obrigaram-nos a pensar que o “futuro deve ser também emenda do passado” (Vieira). No primeiro, ocorrido durante a votação das GOP e do Orçamento para 2016, a TSL assistiu a um caso inédito em democracia: a qualificação da sua abstenção como violenta. “Pode-se ser contra um certo número de coisas e ter razão; mas só fazer o contra não basta, é preciso propor uma alternativa credível”, palavras da anterior secretária – geral francesa do Partido dos Verdes. Lembrando as votações da TSL, poderíamos também dizer: Que tivemos, nestes dois anos, algumas vezes razão, e, então, dissemos que estávamos contra; mas, não votámos sempre essas vezes contra, porque não vimos uma resposta credível às posições do poder. Mais recente, e é o segundo momento, foi a votação surreal da proposta da TSL para a realização de um Encontro de Assembleias Municipais do Algarve, agora enquadrado no âmbito do quadragésimo aniversário das primeiras eleições autárquicas. Esta proposta da TSL tinha sido objeto de análise pelos membros da Comissão Permanente, na sua reunião de 20 de Janeiro, e já depois de aprovada a formação de uma “Comissão organizadora das Comemorações do 40.º Aniversário da Constituição da República e da Instituição do Poder Local”. A intenção da TSL era incluir a sua Proposta na ordem do dia desta sessão da AM; perante o consenso geral da Comissão, a TSL entendeu que bastava a sua apresentação no PAOD. Por isso, para compreender o quão surreal foi a votação da sua proposta, a TSL limita-se a dar conhecimento ao plenário da AM do ponto 5, relativo a este assunto, da ata da Comissão Permanente: “A proposta do Grupo TSL foi aprovada por consenso; este projeto será desenvolvido pela comissão permanente com coordenação do Sr. Presidente”. (Fim de citação). Só o PS guardou a sua palavra, o que a TSL não pode deixar aqui de apreciar. Os demais, como Jano, viraram o rosto ao “aprovado por consenso”. O que também a TSL não deixou de registar. Depois de uma paciente e serena reflexão sobre estes dois momentos, a TSL concluiu que a qualificação do voto e a votação surreal da Proposta da TSL não iriam merecer outros comentários da sua parte. Ouvimos a mensagem e memorizámos a lição. Na política, só há mudança se houver mudança. E assim, a TSL decidiu continuar a agir, serenamente, como coligação de oposição, ou como “oposição de solução”, quando houver razão de o ser, ou como “oposição de alternativa”, quando houver conta credível para votar. Chegou, agora, o momento de irmos ao encontro do texto da informação da Sra. Presidente. Como acima dissemos, vamos manter o modelo - razão da Sra. Presidente, e tratá-lo sob o signo da informação municipal. E começamos por introduzir breves referências ao Índice de Transparência Municipal (ITM), no seguimento da Recomendação da TSL sobre o ITM, apresentada no Período de Antes do Dia. Por cultura e participação política, a nossa leitura do ITM foi motivada pela preocupação de defender, como membro de um órgão municipal, o prestígio da Cidade. As notícias que saíam sobre o ITM de Lagos não permitiam que a TSL desconhecesse o desconforto que elas causavam.

Fl. 20v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Sentíamos desconforto pelo facto de o nível do ITM, por mais irrelevante que seja para o poder, e por mais especulativo que possa ser para a oposição, nos ter colocado em tão devastado lugar. Deste modo, continuando a o espírito da nossa Recomendação, solicitamos agora à CM que os serviços informáticos inscrevam esta matéria nos respetivos conteúdos. Aos “Conteúdos para a internet” da pág. 59, os membros responsáveis pela área da comunicação e dos sistemas de informação deveriam acrescentar mais um item: o serviço de informação dos indicadores do ITM. Iremos referir só alguns exemplos, tirados dos orientadores determinantes do ITM, como hipóteses que se põem à CM. Desses, uns há que não têm suporte visível na informação municipal, digital ou outra, mas que a CM deveria publicitar, como é o caso da Publicação do registo de interesses dos membros do Executivo (Dimensão A). E que poderia ser extensiva aos membros da AM que o desejassem publicar. Outros há, porém, que deveriam merecer outra atenção da CM, como a Publicação da síntese dos pareceres dos serviços de urbanismo sobre todos os empreendimentos imobiliários... (G). Sendo um espaço público de interesse geral, poder-se-ia manter um cadastro dos pareceres dos serviços sobre os principais empreendimentos imobiliários... haveria, assim, mais transparência entre o peso burocrático e o poder político. Outros há, enfim, a que a CM não pode responder, porque não existem, como é o caso do Provedor do Município (D), que renasce como a fénix em todas as campanhas eleitorais e morre no dia das eleições. Matéria que incluímos no Pedido de Informação da TSL. A TSL não duvida que a CM aceitará o sábio conselho que diz: “vejamos no que vimos, o que não víamos”. É o que deve fazer a CM: usar o ITM para começar a ver o que até aqui não via, e do que vier a ver dar conhecimento público, não só à AM, como ao povo e aos cidadãos de Lagos. Assim, a CM acompanhará o Relatório do ITM quando este escreve: “O conceito de boa governança... está intimamente ligado ao conceito de transparência enquanto acesso à informação... [e ao conceito] de governação aberta..” É bom e oportuno recordar, antes de encerrar esta matéria, que a atual avaliação do ITM da CM de Lagos se situa no nível Insuficiente. Mas, será essa também a perceção que nos é transmitida pela Informação da Sra. Presidente e pela análise política que a TSL faz hoje da gestão municipal? Regressemos ao texto da Sra. Presidente para saber a resposta. E começemos pela Introdução: “Estes resultados são produto do rigor, responsabilidade e sentido crítico com que serviços e executivo continuam a tratar áreas tão importantes como a educação, a habitação, a ação social, o ambiente, o ordenamento do território...”. Refere-se a Sra. Presidente aos bons resultados financeiros, mas o texto pode ser estendido a todos os setores que cita. Da sua Introdução, não podemos deixar de salientar a expressão “serviços e executivo”. É desse amplexo que nasce o documento apresentado, o que vai ao encontro do nosso pensamento sobre a informação da Sra. Presidente; contudo, o texto não deixa de evidenciar ser mais forte o braço dos serviços que o braço do executivo. Seria pela astúcia da razão que o texto da Sra. Presidente deu preferência aos serviços sobre o executivo? Vejamos, agora, qual a avaliação que a TSL retira da análise da Informação da Sra. Presidente. Para a justeza da análise da TSL, entram duas contas; uma que soma e outra que subtrai. Começemos pela conta que soma. Da leitura do

texto da informação e da desconstrução da sua responsabilidade política, a TSL retira as seguintes anotações. Anota a TSL que a Sra. Presidente continua, com bom senso e otimismo, não só a manter a gestão municipal fora de querelas herdadas da anterior gestão, como a imprimir uma imagem de sobriedade, de presença e de empatia à gestão municipal. Quando falamos em sobriedade, presença e empatia, estamos a ler, não só a Introdução, mas a ver as demais competências da Sra. Presidente, como a área do Urbanismo e da Gestão e Requalificação Urbana. É de lembrar que, segundo o ITM, esta área/dimensão é a segunda mais cotada da CM, com nível de Aceitável. Ao lermos que os pedidos de Licença para a realização de operações urbanísticas foram 91, número que continua a crescer, e a saber que o caudal de registo de alojamento local cresceu também mais 68, a TSL insiste na necessidade de a CM refletir sobre a elaboração de uma Proposta, em colaboração com a AM, de médio e longo prazo, para a “economia e o desenvolvimento local”, como também consta do nosso pedido de informação à CM. Para a TSL, o que abunda de burocracia na gestão administrativa é o que falta na visão estratégia da vertente económica. No nosso Pedido de Informação há uma questão que nos preocupa: qual a situação do Plano Estratégico de Lagos, PEL, Sra. Presidente? Relevamos, enfim, a atenção da Sra. Presidente às Terras do Infante, um universo económico, social, cultural e humano de que urge fazer cultivo intensivo. Anota a TSL que o Sr. Vice-presidente, com serenidade, tornou sustentável o equilíbrio financeiro e contabilístico municipal, controlando e recuperando a situação económico-financeira da CM. Os números financeiros de Dezembro de 2015 são reveladores fiáveis desse equilíbrio, não só nos resultados operacionais, com o saldo de exercício positivo de 2 858 mil euros, como na melhoria da capacidade de endividamento, com uma margem disponível de 9 milhões de euros, e na redução para 16 dias do prazo médio de pagamento, mesmo se a Dívida a Fornecedores se tenha cifrado em 849 mil euros. O papel mais visível do Sr. Vice-Presidente reside, pois, no controle económico e financeiro da atividade municipal. Interessante é recordar que o ITM reconhece nesta Dimensão da gestão municipal o melhor nível de informação da CM. No nosso Pedido de Informação, a TSL questiona a situação do PAEL/PAF, mais urgente ainda quando na Informação da Sra. Presidente há referência à colaboração dos serviços na “elaboração das respostas ao Contraditório do Relatório no âmbito da inspeção/auditoria do PAEL”. O que é este Contraditório do Relatório, Sr. Vice-Presidente? Como também responsável da área da informática, a TSL reforça aqui a solicitação ao Sr. Vice-presidente para que se interesse pela informação a transmitir sobre os indicadores do ITM. Anota a TSL que a Sra. Vereadora Fernanda Afonso continua a gerir com sucesso, com dedicação e trabalho, os muitos desafios sociais, sócio - habitacionais e culturais do Município. Desafios de uma vasta área de intervenção que o capítulo 7 da Informação da Sra. Presidente contextualiza, através de textos bem elaborados e construídos. Realçamos a abertura, após restauro, da Igreja de Santo António e a visita do Sr. Ministro da Cultura à mesma Igreja e ao espaço do Mercado de Escravos; a reabertura ao público do Museu Municipal de Lagos; a aprovação do Diagnóstico Social do Município de Lagos/2015, sendo o anterior já de 2011; a entrega das chaves dos 22 fogos do Rossio das Eiras, em Odiáxere; o cuidado em

Fl. 21v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

recolocar dignamente a CPCJ no edifício da CM. Sem deixar de realçar, nesta intervenção, a ação do “Serviço de Bibliotecas e Polos”. A área interna, em relação à Formação, a TSL relembra a necessidade de incluir os membros da AM em certas ações de formação, como, por exemplo, a que respeita ao CPA. Sobre a área de Comunicação, o pedido é o mesmo: por os indicadores do ITM nos “conteúdos para a internet”. Se às áreas da avaliação Aceitável do ITM, o Urbanismo e a Economia e Finanças, juntássemos uma área de Cultura e Ação Social, teríamos já desenhado um perímetro Aceitável não só do ITM, como da gestão municipal. Anota a TSL que o Sr. Vereador Paulo Reis, apesar de críticas à sua esfera de intervenção, não deixa de levar a cabo uma tarefa silenciosa, em áreas determinantes para o bem-estar da população. O capítulo 6 da Informação da Sra. Presidente parece um capítulo árido; mas a objetividade posta na informação das suas diversas áreas, apesar da dita aridez de gráficos e de percentagens, permite dar uma imagem de setores em movimento que merecem realce, e que nem sempre a TSL tem feito. Contudo, deve o Sr. Vereador reforçar a sua atenção para com as pequenas necessidades que para muitos cidadãos são necessidades grandes. Terá que ser o vereador “das pequenas coisas”. E, também, deve informar mais e melhor as escolhas que os serviços fazem. É uma área que necessita de uma informação intensiva aos cidadãos. Não podemos, também, deixar de realçar a área da Proteção Civil, num momento em que natureza parece não ser benigna e complacente para com a depredação ambiental. Esta é, para a TSL, a conta que soma, a conta Aceitável da gestão municipal. Mas, se esta que vimos é a parte luzente da gestão municipal, outra há onde paira um extenso e quase permanente claro – escuro. Porque é visível, para a TSL, que há áreas da gestão municipal deficitárias, seja na área da democratização política, seja na área administrativo – burocrática, seja na área da participação pública. É visível que os vereadores da oposição continuam afastados da gestão municipal, sem atividade e intervenção política. É visível que não só a relação democrática entre órgãos municipais continua relativamente baixa, apesar de melhorias, como a leitura do direito de oposição não é consensual entre os partidos da oposição e a CM. Também, a Informação da Sra. Presidente continua a não ouvir a TSL quando esta solicita a introdução de um capítulo para as relações com a AM. É visível que o projeto político da atual gestão se dilui na organização administrativa e no peso burocrático que a CM não tem sabido ainda absorver; É visível que a atual gestão não tem um projeto consistente a médio prazo para a economia e o desenvolvimento local: limita-se a reagir ao mercado, não cuidando de promover condições, internas e externas, para o desenvolvimento harmonioso de todos os setores da atividade económica do concelho; É visível que os cidadãos, seja pela não resolução dos seus problemas sócio - económicos, seja pelo peso e morosidade da burocracia municipal, seja pela desconfiança em relação aos políticos, continuam afastados da gestão municipal e da participação política. Esta é a conta que subtrai, a conta Insuficiente da atual gestão. Por isso, somada a conta Aceitável e subtraída a conta Insuficiente, o resultado da avaliação política da informação da Sra. Presidente está para a TSL, ao contrário da avaliação do ITM, na linha de fronteira entre as duas contas. Mas, nesta avaliação, a TSL não tomou em consideração a majoração sobre a

situação da oposição. Sr. Presidente e Mesa da AM, Caros membros da AM. Estamos a chegar ao fim da nossa intervenção sobre a Informação da Sra. Presidente, na primeira sessão do ano 2016. “A democracia local, como tendência viva e não como fórmula arquivada, precisa de alimento e defesa, como tudo que é dinâmico e vivo”, escreve-se no prefácio ao “Discurso da Coroa” do grego Demóstenes. A democracia local precisa, assim, de alimentar mais a soberania dos órgãos municipais e a participação ativa dos seus cidadãos. A democracia local precisa, assim, de se defender das quebras de decência e de ética política e das falhas de transparência e de informação para uma governação aberta e de proximidade. Mas, é na AM, como órgão vivo e dinâmico, que devemos, este ano, concentrar a nossa atenção: lutar para robustecer o seu espírito democrático e revogar a sua “soberania abatida”. Nesta concentração deverão estar todos os que, por inteiro, querem prestigiar o quadragésimo aniversário do órgão representativo dos lacobrigenses que é a AM. Deixamos, assim, como mote e epígrafe para esta comemoração, a feliz expressão do Prof. Cândido de Oliveira, do NEDAL, U. do Minho: “A democracia local assenta em Portugal na assembleia municipal, órgão representativo dos munícipes que tem o poder de tomar as principais deliberações e de fiscalizar a Câmara Municipal. Isto é assim, mas não é reconhecido como tal na prática”. É a nós que compete alterar essa prática. Aproveitemos, então, bem o quadragésimo aniversário da nossa AM.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a questão da transparência municipal tem sido abordada pela LCF aquando da apresentação dos orçamentos, nomeadamente quando se refere às rubricas “Outros”, as quais têm valores consideráveis, não se sabendo ao certo, qual será o seu destino. Referiu que um Orçamento deve vir acompanhado por um relatório de fácil leitura para todos, uma vez que um Orçamento Municipal é um dos documentos mais importantes de uma Câmara Municipal. Disse que não existe transparência na gestão municipal, assim como também não existe transparência no acesso à informação. Referiu que o chamado “Executivo em permanência” da Câmara Municipal, considera-se rei e senhor da gestão da Câmara, esquecendo-se de que o Executivo tem mais três Vereadores. Disse que desde o início do mandato que a LCF luta para que a Informação da Sra. Presidente à Assembleia Municipal, seja um documento político e não um relato do que foi feito, durante um período de tempo, pela Câmara Municipal. Disse ser necessário verificar-se uma alteração substancial no modo como é gerida a Câmara Municipal, ou seja, é necessário ter as pessoas certas para os lugares certos. Referiu que os bons resultados financeiros da Câmara Municipal se devem aos bolsos dos contribuintes e há degradação de algumas infraestruturas e de alguns serviços prestados pela Câmara Municipal e não a um ato de gestão da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) começou por felicitar a Câmara Municipal pelas iniciativas realizadas no âmbito do Fado, considerando a ideia de trazer o Fado para a rua, uma iniciativa a continuar. Referindo-se ao património edificado na zona histórica da cidade, disse que era importante verificar-se uma maior sensibilidade para a preservação do património construído, conciliando a modernidade com a tradição. Disse que por um lado deve incentivar-se os cidadãos a envolver-se na

Fl. 22v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

participação política. Depois quando estes se deslocam à Assembleia Municipal a expor uma qualquer situação, são os mesmos encaminhados, contrariando o que se pretende, que é a Assembleia Municipal a assumir o processo. Acrescentou que o Município ao se deslocar à Assembleia Municipal a expor um assunto, o mesmo deve ser tratado pela Assembleia Municipal, pelas vias oficiais, devendo ser dado ao cidadão e aos Membros da Assembleia conhecimento das diligências efetuadas. Relativamente ao baixo índice de transparência da Câmara Municipal, renovou a censura, em tempo, expressa pelo PSD. Sugeriu à Câmara Municipal, uma reorganização dos Serviços no sentido de adequá-los às exigências atuais. Registou a boa realização da execução da receita municipal, tendo alcançado um valor perto dos 45 milhões de euros, em 2015. Realçou que na Câmara de Lagos não falta dinheiro, pelo que pergunta: - Onde foram gastas estas verbas? - Qual a relação entre o benefício e o contributo dos cidadãos?, uma vez que estas verbas são produto dos impostos municipais cobrados. Fica assim provado que a Câmara bem poderia ter prescindido da verba relacionada com os 5% do IRS, como na altura defendemos. Disse que a despesa de capital é baixa sendo um indicador do grau de investimento e do bem-estar da população. Salientou o empréstimo na ordem dos 10 milhões de euros, do PAEL, auxílio do Governo anterior, do qual tão mal disseram, evitou a falência da Câmara Municipal e que o reequilíbrio financeiro se fez, não tanto com base em reestruturações e em reformas estruturais municipais, mas sim através do aumento das receitas, dos impostos e outras taxas municipais, penalizando assim a população.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que a pavimentação que está a ser feita em algumas ruas do Centro Histórico é, desde há muito, necessária, mas existem ruas na periferia que necessitam igualmente de reparações. Sugeriu a criação de um certificado de participação a ser entregue a todos os cidadãos que participaram no Orçamento Participativo.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) disse que o Governo PSD apoiou as autarquias com o PAEL, mas isso é preciso pagar. Referiu que o PS foi acusado de ter feito muitas obras, agora é acusado de não as fazer. Disse que agora está na altura da Câmara Municipal cumprir com os seus deveres, considerando que Câmara Municipal está a evoluir pelo bom caminho.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que a receita de IMI e de IMT, relativamente a 2014 e 2015, cresceram cerca de 2,3 milhões de euros, acrescentando o valor das transferências de capital e o saldo da gerência anterior, dá um valor equivalente a cerca de setenta por cento do valor de superavit da Câmara Municipal em 2015. Referiu não ter verificado contenção na despesa, tendo a mesma crescido cerca de 2,5 milhões de euros, sendo da opinião de que se deveria seguir uma política de redução da despesa. Perguntou se já havia resultados relativamente ao zonamento, no IMI, e qual seria o impacto do mesmo em futuras receitas. Referindo-se ao guia “Lagos na rota da escravatura”, disse que deveria ser feito um pequeno folheto que levasse as pessoas depois a querer adquirir a brochura.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PSD não estava contra os investimentos,

apenas estava contra a concentração de obras num curto espaço de tempo e nas parcerias feitas.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 05 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 22 minutos.-----

-----**PONTO 2 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A LAGOS-EM-FORMA – GESTÃO DESPORTIVA, E. M., S. A., PARA A GESTÃO DO ESTACIONAMENTO TARIFADO E DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO COBERTOS DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-572-13.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a extinção da Empresa Municipal Futurlagos foi resultado de uma imposição por parte do Governo Central, que a Câmara Municipal adiou até à última.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a informação que está na base da Minuta não dá uma justificação estratégica nem técnica para suportar a decisão política. Sobre o contrato-programa, disse que o mesmo tem como objetivo a transferência da gestão dos estacionamento. Referiu que as receitas de exploração dos parques de estacionamento passam para a Lagos-em-Forma, pelo que perguntou quem assumia os custos relacionados com estes equipamentos. Perguntou o porquê de estar previsto o excedente das receitas ficarem na Lagos-em-Forma e qual é a opção estratégica que está na base desta decisão de integrar tudo isto na Empresa Municipal e não nos Serviços da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) corroborando a intervenção anterior, perguntou se a Lagos-em-Forma tinha pessoal para fiscalizar as situações relacionadas com os Parques de Estacionamento.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou como seria resolvida a questão de um possível deficit na exploração dos Parques de Estacionamento.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a extinção da Empresa Municipal Futurlagos, que desempenhou o seu papel na devida altura, não se deveu a nenhuma imposição do Governo Central, uma vez que com ou sem imposição do Governo, a medida de extinguir a Empresa Municipal era para se concretizar. Referiu que a gestão dos Parques de Estacionamento, realizada pela Futurlagos, gerou receitas. Informou que a não integração deste serviço na Câmara Municipal, deve-se à questão da fiscalização, do horário de funcionamento dos espaços e à convicção de que os espaços serão melhor geridos pelo sector empresarial local, uma vez que tem mais liberdade na sua gestão corrente, pelo que tudo é passado da Futurlagos para a Lagos-em-Forma, nomeadamente os funcionários que exercem as funções de fiscalização. Disse que a Lagos-em-Forma

Fl. 23v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

passa a gerir as receitas dos Parques de Estacionamento, sendo que será feita uma avaliação no final do ano.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o que estava em causa era a gestão passar de um Empresa Municipal para outra, mantendo-se tudo. Referiu que os custos já estavam a ser assumidos pela autarquia desde o tempo da Futurlagos, uma vez que o imóvel é da Câmara Municipal. Em relação ao excedente, que espera verificar-se, disse que esse valor poderá ser abatido ao subsídio de exploração que a Câmara Municipal atribui à Empresa Municipal, sendo que é desejável que o excedente cubra tal subsídio. Relativamente ao pessoal para fiscalização, disse que o quadro do mesmo, com esta transferência para a Lagos-em-Forma, aumenta, o que é bom. Disse que a questão do deficit não foi ponderada, desejando que tal não se verifique, mas no caso de acontecer terá que ser assumido pela Empresa Municipal.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) começou por agradecer os esclarecimentos prestados pela Câmara Municipal. Disse que a Futurlagos, no seu tempo desempenhou mal o seu trabalho, na opinião do PSD, uma vez que desperdiçou muitos milhões aos contribuintes. Referiu que os esclarecimentos vieram reforçar o que o PSD tem vindo a dizer sobre a matéria, ou seja, existe estacionamento que é pago pela autarquia e é dado de uma forma gratuita a uma Empresa Municipal para explorar, o que não faz muito sentido para o PSD, apesar de reconhecer de esta situação ser uma opção de gestão. Relativamente ao excedente disse que o esclarecimento dado não corresponde ao que está na documentação, uma vez que na documentação diz que o mesmo, a existir, constituirá receita própria para a Lagos-em-Forma. Disse que o âmbito da Lagos-em-Forma, não casa com os Parques de Estacionamento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o problema de fundo, para a CDU, tem a ver com o problema político da passagem, sim ou não, para a Câmara Municipal dos serviços em causa, pelo que a CDU mantém a posição assumida anteriormente sobre o assunto. Referiu que não concorda com a posição de que uma Empresa Municipal pode gerir melhor os Parques de Estacionamento do que a Câmara Municipal. Disse que a abstenção da CDU relativamente a este assunto deve-se ao facto de estar em causa postos de trabalhos. Terminou dizendo que é da opinião de que logo que a Câmara Municipal tenha condições para contratar trabalhadores, estes serviços devem ser integrados nos Serviços da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse ter noção de que o que a Lagos-em-Forma, vai fazer no âmbito dos Parques de Estacionamento, já a Futurlagos o fazia, pelo que o que estava mal vai continuar a estar. Referiu que este tipo de gestão promovida pela Câmara Municipal. Disse que não combina a gestão de espaços desportivos com a de Parques de Estacionamento. Referiu concordar com a posição da CDU, mas acrescentou que estes tipos de empresas foram criadas para “fugir” ao controlo da contratualização de pessoal.-----

-----O Sr. José Santos (BE) relatou algumas situações que teve conhecimento relacionadas com o pagamento do parque de estacionamento e com multas passadas no estacionamento à superfície e, indignados com tais factos, sugeriu uma melhor

formação para os funcionários que fiscalizam estes equipamentos. Perguntou que percentagem das multas passadas, relativamente a estacionamento, entrava nas contas da empresa.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que se o balanço feito no fim do ano for no sentido de que a Câmara Municipal deve assumir este serviço que ferramentas estão ao dispor para que essa situação se concretize.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a justificação estratégica explanada pela Câmara Municipal, deveria constar no contrato. Terminou dizendo que o PSD é contra a transferência de competência para a Empresa Municipal.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que da avaliação já feita, esta competência estar a casar com a Empresa Municipal. Relativamente aos valores das multas, informou que o mesmo entra na sua totalidade na Empresa Municipal. Disse que caso esta situação não resulte a solução é a internalização do serviço na Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou que mecanismos tinha uma futura Assembleia Municipal ou Câmara Municipal, caso quisesse internalizar o serviço na Câmara Municipal, porque apesar dos resultados ser satisfatórios, um dos Órgãos referidos, pode querer fazer a internalização do serviço.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que qualquer Assembleia ou Câmara Municipal é soberana para decidir no sentido da internalização do serviço na Câmara Municipal, ou seja, em relação aos contratos-programa assinados.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou se a Empresa Municipal podia passar multa de estacionamento.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse: “o que nasce torto, tarde, ou nunca, se endireita”, isto a propósito das Empresas Municipais que o PSD é, em princípio, contra, não subscreve o presente processo. Reiterou a situação de injustiça pelo facto de ser permitido pela Câmara Municipal o estacionamento em cima do calçada da Avenida existente antes da Ponte D. Maria, o qual é gratuito, beneficiando uns em detrimento de outros e incentivando a que todos os munícipes, como forma de repúdio estacionam ao longo do calçada da Avenida.-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou se a Sra. Presidente da Câmara Municipal tinha cem por cento de certeza relativamente à resposta dada à sua pergunta.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que de certos pormenores não tem conhecimento para responder com rigor absoluto se sim ou não. Referiu que existe setor empresarial local, em Câmaras Municipais de outros Partidos que não o PS, como do PSD ou da CDU, sendo que as mesmas têm, na sua generalidade, desenvolvido um excelente trabalho de articulação com as Câmaras Municipais, sendo a Lagos-em-Forma exemplo de tal. Disse que na cidade há locais de estacionamento pago e de estacionamento grátis.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que a Empresa Municipal está devidamente autorizada a autuar.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que o Contrato-Programa em causa, carece de uma maior clarificação relativamente a determinadas situações.-----

Fl. 24v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que a situação de estacionamento, por si referida no calçada da Avenida dos Descobrimentos, é inamissível, injusta e é conectado como favorecimento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou à Mesa da Assembleia Municipal no sentido de esta averiguar a situação mencionada pelo Sr. José Valentim.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que tinha ficado por responder a questão de se o valor das multas cobradas revertem, na sua totalidade, ou não, para a Empresa Municipal.-----

-----Posto isto foi submetida à votação, a **PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A LAGOS-EM-FORMA – GESTÃO DESPORTIVA, E. M., S. A., PARA A GESTÃO DO ESTACIONAMENTO TARIFADO E DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO COBERTOS DE LAGOS**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	0	0	1	0	13
ABSTENÇÕES	0	0	0	3	0	1	4
VOTOS CONTRA	0	5	3	0	0	0	8

-----**DELIBERAÇÃO N.º 17/AM/2016:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a minuta do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Lagos e a Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva, E. M., S. A., no sentido de concretizar a transferência da gestão do estacionamento tarifado e parques de estacionamento coberto de Lagos, para a Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva, E. M., S. A., nos termos previstos no n.º 5, do Artigo 47.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 16 de dezembro de 2015.-----

-----**PONTO 3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITAS NA URBANIZAÇÃO DA PEDRA ALÇADA – FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE LAGOS - LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-572-14.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. José Santos (BE) começou por dizer que este assunto tinha vindo à Assembleia Municipal, havia mais de dois anos, sendo que na altura tinha perguntado se quem fiscalizou a obra em causa, era corrupto ou tinha sido incompetente, sendo que agora é levado a fazer a mesma pergunta, uma vez que a única alteração que descortinou tinha sido o valor diferente, relativamente a um dos lotes, o 4, tendo sido acrescido o lote 5.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que este assunto já tinha levado a debates calorosos em diversas Sessões da Assembleia Municipal. Referiu que a Câmara

Municipal promove a entrega de terrenos municipais a particulares, com a solução apresentada, o que vai contra a ideia formulada pela LCF. Disse que esta é a melhor solução para quem prevaricou, porque quem vendeu os terrenos foi sempre a mesma entidade. Perguntou se as construções em terrenos municipais cumpriam as regras. Disse que a solução apresentada pela Câmara Municipal é o máximo das ironias.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que este assunto abrange duas situações distintas, uma é a dos lotes que ainda não estão construídos, sendo a outra para regularizar o que já foi construído. Referiu existirem muitos pequenos espaços no Concelho, pertencentes ao Município, quando os mesmos deveriam ser integrados nos domínios privados, para que não se verificasse abandonos de pequenos espaços.-

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse não haver transparência neste assunto, devendo ser o mesmo alvo de um estudo. Referiu que o dinheiro não paga tudo, pelo que quem prevaricou não deve vir propor a compra depois de ter feito algo que não devia. Anunciou o voto contra da CDU neste Ponto. Chamou à atenção para o facto do conteúdo da informação técnica da Câmara Municipal que acompanha documentação para o Ponto, não corresponder ao que se passou na Assembleia Municipal, aquando da discussão do assunto pela primeira vez no órgão Deliberativo.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que as intervenções o despertaram à atenção para determinados pormenores, pelo que perguntou ao Sr. Jorge Ferreira se este, na sua intervenção, referia-se ao lote 5 e se sim disse que gostaria de ouvir explicações por parte da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse ficar satisfeito quando todos os cantos do Concelho estão embelezados e tratados, no entanto têm que existir espaço ecológicos. Referiu que os pequenos espaços devem ser ajardinados, mas não é isso que o Sr. J. A. Viegas pretende fazer. Disse que este assunto deveria ser resolvido pelo Sr. J. A. Viegas, porque foi quem fez o negócio. Afirmou que este senhor viola, constantemente, as regras, como são exemplos o encerramento de uma rua no empreendimento Giramar, a vedação de um terreno entre a praia da D. Ana e do Camilo, etc., pelo que a Câmara devia vetar tudo ao senhor em causa.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse ter consultado toda a documentação sobre o assunto, disponibilizada pela Câmara Municipal, e a conclusão que tirou é de que as pessoas pedem para, a Câmara Municipal diz que não, mas as pessoas constroem e depois logo se vê, mas a solução não deve ser a apresentada. Referiu que o que se passa com o lote 5 é completamente diferente do lote 3 e 4, uma vez que estes dois últimos já estão construídos e o 5 não o está.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que quando leu a documentação para o presente Ponto, pensou haver boa vontade, por parte da Câmara Municipal, para resolver a questão. Afinal, depois das argumentações e respostas dadas entende estar a ser criado mais uma injustiça beneficiando quem prevarica. Acrescentou que a administração pública deve agir firme e determinada não sendo permissiva com situações habilidosas. Referiu ainda que pela sensibilidade do assunto este deveria merecer estudo cuidado por parte da Comissão Especializada, da Assembleia Municipal. Esta foi criada para analisar aspetos problemáticos e particulares que além

Fl. 25v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

das questões técnicas também comportam questões políticas.-----
-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) solicitou mais esclarecimentos sobre o que estava em causa neste Ponto.-----
-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o assunto tinha sido levantado pelo proprietário do lote 3, que tinha ocupado um espaço público com cerca de vinte e seis metros quadrados, para logradouro, sendo que o lote 4 alinhou pelo anterior e ocupou uma faixa maior de domínio público, estando, nesse espaço, parte de uma piscina, segundo dizem, relativamente ao lote 5, o cidadão solicitou o alinhamento do mesmo, em relação aos anteriores. Sobre a questão de que quem fiscalizou a obra se era corrupto ou incompetente, disse pensar que não. Disse que os cidadãos têm o direito de apresentar pedidos à Câmara Municipal e foi isso que fez o proprietário do lote 5.-----
-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que o que estava em causa eram dois pedidos para logradouro, os lotes 3 e 5, enquanto que o lote 4 edificou em terreno do domínio público.-----
-----O Sr. José Santos (BE) esclareceu que o lote 2 respeitou as regras, o lote 3 e 4 ocuparam terrenos do domínio público, sendo que o lote 3 não edificou, no espaço, e no lote 4 o terreno tomado ao domínio público, tem construído uma casa de máquinas e um pouco da piscina; o lote 5 está a pedir para ficar alinhado com os outros.-----
-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a história dos alinhamentos é engraçada, sendo que o mesmo começou porque houve um prevaricador que saiu do sítio. Referiu que nada justifica tais cedências. Disse que os terrenos públicos que agora vão ser cedidos podem vir a fazer falta ao Município no futuro, por exemplo no arranjo de rua. Terminou dizendo que quando foram adquiridos os lotes todos sabiam o tamanho dos mesmos.-----
-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PSD, em reunião de Câmara, sugeriu que fosse acrescentado na deliberação da Câmara o seguinte: “Caberá aos adquirentes procederem à alteração do loteamento em causa titulado pelo alvará n.º 1/93, cujo processo deve ficar concluído com a celebração da escritura”, pelo que assim se cumpre toda a legislação em vigor.-----
-----O Sr. José Santos (BE) disse que não estava em causa o nome das pessoas em causa, neste processo, sendo que o tratamento tem que ser igual para todos.-----
-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que foi bem aceite a proposta do PSD na reunião de Câmara, uma vez que a mesma faz todo o sentido.-----
-----Posto isto foi submetida à votação, a **PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, COM 26M² DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITA NA URBANIZAÇÃO DA PEDRA ALÇADA – FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE LAGOS - LAGOS**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	3	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	1	0	2
VOTOS CONTRA	0	2	2	3	0	1	8

-----**DELIBERAÇÃO N.º 18/AM/2016:**

-----**Deliberado**, por maioria, autorizar a desafetação do domínio público municipal, da parcela de terreno a seguir identificada: Parcela de terreno, com a área de 26m² (vinte e seis metros quadrados), que confronta do norte e do poente com o lote n.º 3, do nascente e do sul com domínio público, para alienação aos proprietários do lote de terreno n.º 3 (Vitor José da Costa Duarte e Daniel André da Costa Duarte), da Urbanização Pedra Alçada, em Lagos, inscrito na matriz predial urbana com o artigo 5906 da União das Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagos sob o número dois mil setecentos e quarenta e três da extinta Freguesia de Santa Maria, ao qual será anexado, destinando-se a referida área a logradouro, não podendo ali ser erigida qualquer construção, pelo valor de 1 089,66€ (mil e oitenta e nove euros e sessenta e seis cêntimos). Caberá aos adquirentes procederem à alteração do loteamento em causa titulado pelo alvará n.º 1/93, cujo processo deve ficar concluído com a celebração da escritura. Isto nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 20 de janeiro de 2016.-----

-----Posto isto foi submetida à votação, a **PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, COM 67,2M² DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITA NA URBANIZAÇÃO DA PEDRA ALÇADA – FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE LAGOS - LAGOS**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	3	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	1	0	2
VOTOS CONTRA	0	2	2	3	0	1	8

-----**DELIBERAÇÃO N.º 19/AM/2016:**

-----**Deliberado**, por maioria, autorizar a desafetação do domínio público municipal, da parcela de terreno a seguir identificada: Parcela de terreno, com a área de 67,20m² (sessenta e sete metros vírgula vinte decímetros quadrados), que confronta do norte e do poente com o lote n.º 5, do sul e do poente com o domínio público, para alienação ao proprietário do lote n.º 5 (Humberto Ferreira Pinto Marante), da Urbanização Pedra Alçada, em Lagos, inscrito na matriz predial urbana com o artigo n.º 2972 da União de Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagos sob o número dois mil setecentos e quarenta e cinco da extinta Freguesia de Santa Maria, ao qual será anexado, destinando-se a referida área a logradouro, não podendo ali ser erigida qualquer construção, pelo valor de 3 970,00€ (três mil novecentos e setenta euros).

Fl. 26v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Caberá ao adquirente proceder à alteração do loteamento em causa titulado pelo alvará n.º 1/93, cujo processo deve ficar concluído com a celebração da escritura. Isto nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 20 de janeiro de 2016.-----

-----Posto isto foi submetida à votação, a **PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, COM 45M² DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITA NA URBANIZAÇÃO DA PEDRA ALÇADA – FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE LAGOS - LAGOS**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	3	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	1	0	2
VOTOS CONTRA	0	2	2	3	0	1	8

-----**DELIBERAÇÃO N.º 20/AM/2016:**

-----**Deliberado**, por maioria, autorizar a desafetação do domínio público municipal, da parcela de terreno a seguir identificada: Parcela de terreno com a área de 45m² (quarenta e cinco metros quadrados), que confronta do norte e do poente com o lote n.º 4, do nascente e do sul com domínio público, para alienação à proprietária do lote n.º 4 (José A. Viegas, Soc. Construções, Lda.), da Urbanização Pedra Alçada, em Lagos, inscrito na matriz predial urbana com o artigo n.º 5614, da União de Freguesia de Lagos (São Sebastião e Santa Maria) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagos sob o número dois mil setecentos e quarenta e quatro da extinta Freguesia de Santa Maria, ao qual será anexado, destinando-se a referida área à regularização da implantação da piscina e da casa das máquinas, pelo valor de 6 550,00€ (seis mil quinhentos e cinquenta euros), a pagar em três prestações iguais. Caberá ao adquirente proceder à alteração do loteamento em causa titulado pelo alvará n.º 1/93, cujo processo deve ficar concluído com a celebração da escritura. Isto nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 20 de janeiro de 2016.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Carlos Glória (LCF): “Quero fazer uma declaração de voto relativamente a este assunto, porque, ainda há pouco tempo, isto só para nós termos noção de que há decisões diferentes relativamente a coisas que também são diferentes, mas que no fundo acabam por ser a mesma coisa; como eu dizia, ainda há bem pouco tempo mandaram demolir uma construção que estava feita bem dentro do próprio lote da pessoa, não foi só a um, foram a mais. E foi por este motivo que eu votei contra, não se entende porquê que existem decisões diferentes para situações diferentes.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim (PSD): “Votei contra a venda das três parcelas porque não ficou suficientemente demonstrado através da discussão aqui efetuada a necessidade do interesse público municipal da sua venda.”-

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Santos (BE): “Eu votei contra, principalmente na segunda votação, pelo princípio, ou seja, pelo andar da carruagem, porque se isto viesse aqui a discussão antes de qualquer lote ter sido construído eu, possivelmente, até concordava que a Câmara vendesse, desde que não fosse contra os interesses públicos, vendesse uma parcela de terreno, porque sabe-se que a Câmara não vai fazer ali nenhum jardim e aquilo vai ser só ervas que vão crescer e vai-se juntar ali lixo, como a gente sabe, mas é só por isso, é que pelo andar da carruagem a gente quando chegar ao lote 6, no mínimo são uns cem metros quadrados.”-----

-----**PONTO 4 – APRECIÇÃO DOS RELATÓRIOS DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS, REFERENTES AOS ANOS 2014 E 2015:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-572-15.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) apresentou o Relatório da 1.ª Comissão, a qual Coordena.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) fez um balanço negativo do trabalho desenvolvido pelas Comissões, por falta de colaboração da Câmara Municipal para com as mesmas. Acrescentou que tal verificou-se com a 3.ª Comissão, a qual é Coordenador, pelo que não foi elaborado Relatório da 3.ª Comissão, por sua decisão.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a decisão de fazer, ou não Relatório da Comissão, cabe aos Membros da Comissão e não ao Coordenador da mesma, pelo que sugeriu ao Sr. Coordenador da 3.ª Comissão que reunisse a mesma para que esta decida sobre a elaboração, ou não do Relatório.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS), como Coordenadora da 2.ª Comissão, apresentou o Relatório da referida Comissão.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal também tem competências no sentido de acompanhar a elaboração dos Relatórios das Comissões.-----

-----**PONTO 5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE LAGOS – PROVISÓRIO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-572-16.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi submetida à votação, a **PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE LAGOS – PROVISÓRIO.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 21/AM/2016:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, aprovar o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança do Município de Lagos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

Fl. 27v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), eram 0 horas e 22 minutos, da madrugada do dia 8 de março, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF), Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....

.....